

Dados do participante

Nome Completo: _____

Data de Nascimento: |__| |__| | / |__| |__| | / |__| |__| |__| |__| |

Declarações

A preencher exclusivamente pelos interessados com exceção do Responsável pela Inscrição

- Declaro sob compromisso de honra que autorizo o Responsável pela Inscrição e 1.ª Elemento Efetivo a formalizar a mesma no Projeto da Assembleia Municipal Jovem de Oeiras junto do Município de Oeiras, mediante o fornecimento dos meus dados pessoais acima indicados.

A preencher por todos os interessados

- Declaro que tomei conhecimento e compreendi as condições de inscrição, submissão de candidatura e participação no projeto Assembleia Municipal Jovem de Oeiras, que constam das respetivas Normas de Funcionamento (Edição 2025), bem como da informação sobre as respetivas condições de tratamento de dados pessoais.
- Declaro que li e compreendi a Informação sobre o tratamento de dados pessoais.

Consentimentos

A preencher por todos os interessados

- Presto consentimento por minha livre, específica e inequívoca vontade, para a recolha e eventual gravação da minha voz.
- Presto consentimento por minha livre, específica e inequívoca vontade, para a captação, edição, reprodução, gravação e divulgação pública da minha voz e imagem, pelo Município de Oeiras, renunciando desde já a quaisquer direitos ou compensação que da respetiva utilização possa resultar.

Oeiras, |__| |__| | de _____ de |__| |__| |__| |__| |

Assinatura do titular dos dados pessoais

Informação sobre o tratamento de dados pessoais

(Artigo 13.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)

Responsável pelo tratamento – O Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público n.º 500 745 943, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, Largo Marquês de Pombal, 2784-501 Oeiras é o responsável pelo tratamento dos dados.

Finalidades do Tratamento – Os dados pessoais serão tratados no âmbito da inscrição e eventual participação no projeto Assembleia Municipal Jovem de Oeiras (AMJO).

Licitude do tratamento – A licitude de tratamento de dados pessoais fundamenta-se no cumprimento de obrigações legais, no âmbito das suas atribuições municipais na área da educação, ensino e formação profissional, previstas na alínea d) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais e no disposto nas alíneas c) e e) do n.º 1 do artigo 6.º e alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação dos mesmos.

Categorias de Dados Pessoais – O Município tem necessidade de recolher os dados de identificação dos candidatos para efeito de instrução da candidatura.

Nas reuniões da AMJO pode haver lugar à captação e gravação de voz, exclusivamente para efeito de elaboração das respetivas atas, mediante prévio consentimento dos titulares dos dados que nelas intervenham. Pode ainda haver lugar à captação de voz e imagem dos deputados jovens, tendo como finalidade a divulgação e promoção pública ou privada do projeto, através de qualquer meio técnico de distribuição ou comunicação, atualmente conhecido ou que venha a ser criado, de atividades promovidas pelo Município de Oeiras, nomeadamente em redes sociais do Município de Oeiras (Facebook, Instagram, X e LinkedIn), jornais oficiais ou publicações congéneres, *newsletters* ou quaisquer outros meios audiovisuais de comunicação, existindo a suscetibilidade de reutilização de dados pessoais por terceiros. Para este efeito é solicitado o consentimento do titular dos dados, no âmbito da alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do RGPD.

Transferência de Dados – Os dados pessoais recolhidos serão objeto de tratamento pelo Município de Oeiras e/ou pelos seus subcontratantes, caso em que o tratamento de dados é regulado por contrato ou outro ato normativo, em conformidade com o disposto no artigo 28.º do RGPD.

O Município de Oeiras não transferirá, em caso algum, os seus dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional, designadamente uma Embaixada ou organização de um país situado fora da União Europeia ou que não pertençam ao Espaço Económico Europeu, a menos que haja uma decisão de adequação adotada pela Comissão ou, no caso das transferências mencionadas nos artigos 46.º ou 47.º do RGPD, bem como a adoção de garantias apropriadas ou adequadas para que os titulares de dados gozem de direitos oponíveis e de medidas jurídicas corretivas eficazes.

Prazo de Conservação – O prazo de conservação de dados pessoais recolhidos no âmbito do presente projeto é de 3 anos a contar da data da reunião da AMJO, findo o qual os mesmos serão eliminados.

Direitos do titular dos dados – O titular dos dados pode exercer, a todo o tempo e de forma gratuita, os seus direitos de acesso, retificação, oposição, limitação, apagamento e portabilidade dos dados pessoais, bem como o direito de retirar o consentimento quando o tratamento de dados se basear na alínea a) do n.º 2 do art.º 9.º do RGPD, através do endereço de correio eletrónico **epd@oeiras.pt**.

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente, nomeadamente à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Para mais informações, consulte a **Política de Privacidade do Município de Oeiras**.